

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROBLEMATIZAÇÕES INQUIETANTES

Rafael Rossi¹

Maria Peregrina de Fatima Rotta Furlanetti²

O Programa de Educação de Jovens e Adultos – PEJA – vinculado à Pro – reitoria de Extensão da UNESP, possui em Presidente Prudente – SP, possui três salas: duas localizadas no bairro Cedral e outra na Vila da Fraternidade. No bairro Cedral temos uma sala de 1º ao 5º ano e outra do 6º ao 9º ano que funcionam nas salas da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A Vila da Fraternidade funciona como um abrigo para os idosos, eles pagam uma parte de sua aposentadoria e residem em lares, cada um com duas pessoas. Nossa experiência nos proporcionou constantemente reflexões no sentido da necessidade de instigar e estimular constantemente essas pessoas, pois o trabalho tem nos mostrado e desafiado no desenvolvimento de ações estratégicas que incentivem essa população a continuarem nos estudos. Isso ocorre, pois o processo educativo é para a vida toda e, assim, nossa meta foi constantemente provocar estímulos capazes de aumentar a perspectiva sobre a vida e a realidade com nossos educandos/as, conhecendo-os e nos envolvendo nesse compromisso.

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca(...)É neste sentido que, para homens e mulheres estar no mundo necessariamente significa estar com os outros. ([FREIRE, 1987, p.64](#))

Temos a necessidade de abordar um primeiro conceito que merece ganhar relevância nesse debate: a politização. Trabalhar a politização na EJA é ter o comprometimento em desenvolver nas aulas dessa modalidade de ensino procedimentos que de maneira alguma permitam que os educadores/as infantilizem os educandos/as. Esse objetivo é permitido, já que o educador/a ao tratar de temas como: trabalho, saúde, Estado, educação etc pelo viés da explicitação das contradições e das lutas de classe, apreende o método marxista como ferramenta de politização dos conteúdos nas diversas disciplinas em EJA. A politização também ocorre, já que lutamos por patamares com maior justiça social junto a nossos educandos/as, aqueles que não o são e os que estão excluídos do ambiente educacional, mas que possuem direitos institucionais de acesso à educação. Como realizamos isso? Desenvolvendo outros projetos em EJA no município de Presidente Prudente – SP, recenseando a população jovem, adulta e idosa que gostaria de voltar a estudar e lutando para a abertura de salas de aula. [Muñoz \(2005\)](#) já nos alerta sobre a imbricação dos vínculos políticos na EJA:

Se a educação faz alusão aos processos de formação dos adultos em situações de aprendizagem diversas e o político, a relações de poder ou à construção da

¹ Aluno mestrando em Geografia na UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP e colaborador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular vinculado ao Departamento de Educação da mesma instituição. E-mail: rafaelrossi6789@hotmail.com

² Docente do Departamento de Educação da UNESP/FCT de Presidente Prudente e coordenadora do do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular vinculado à mesma instituição. E-mail: rotta@fct.unesp.br

hegemonia, isto quer dizer que a lógica das articulações e os antagonismos, as equivalências e as diferenças entre os sujeitos, permite-nos afirmar que a educação é intrinsecamente uma relação política. ([MUÑOZ, 2005, p.14, tradução nossa](#))

Nossa luta em Presidente Prudente – SP permite a nossos estudantes graduandos e graduados perceberem e se inserirem na dimensão política em EJA. Práticas como: espalhar cartazes nos bairros em que abrirão salas de aula, conversar com a população sobre seus direitos (em especial o direito de acesso à educação), ministrar e organizar aulas enquanto a Secretaria Municipal de Educação encerra seu processo de contratação de professores etc; tudo isso se trata do processo de politização na EJA. A luta tem se mostrado importante quando atestamos as conquistas obtidas: novas salas de aula no referido município e a garantia da Secretária Municipal de Educação de contratação em caráter de exclusividade no próximo ano, de professores para trabalharem com a EJA (não sendo mais tratada como carga suplementar) sem perda salarial. Em síntese: politizar a EJA trata de desenvolver discussões em salas de aula pela ótica do método marxista e se inserir na luta pela democratização do ensino gratuito e de qualidade no município em que nos inserimos. Sendo assim, nossa meta atrela-se indiscutivelmente à metodologia da Pesquisa-Ação Socialmente Crítica, explicitada no item anterior.

Falamos em “nossa luta”, pois entendemos que a EJA em muitos municípios, porém em especial em Presidente Prudente – SP, não se insere em contextos de harmonia e paz. Na contramão dessa lógica a EJA é território de lutas, disputas, conflitos e embates de múltiplos agentes com diversos interesses. Nosso posicionamento é, sobretudo, político; encarando e aceitando nossos educandos/as como parceiros que não tiveram acesso à educação formal em idade adequada, por uma série de razões e motivos, mas que predominantemente esses aspectos se relacionam diretamente à perversidade do desenvolvimento sociometabólico do capital, isto é: muitos saíram e/ou nem tiveram acesso aos estudos, em decorrência da necessidade primordial de garantirem o seu sustento e o de sua família. O universo do trabalho foi à escolha principal que delineou a vida da maioria dessas pessoas, por isso defendemos um perfil de pesquisas em educação com maior justiça social: dentro e fora da Universidade.

Temos a necessidade de avançar coletivamente na construção de um banco de dados sobre as pessoas que precisam ter acesso a EJA. Sendo dessa forma, o PEJA tem se mostrado uma área fértil para suscitar a elaboração de um conjunto de estatísticas e informações sociais que ajudem a recenseá-los, visto que o 5º artigo e seus incisos I, II e III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (que trata do recenseamento dessa população) em muitos casos não são cumpridos pelas Secretarias Municipais de Educação, convidando dessa forma o embate político e o engajamento científico crítico necessários para a implementação de um coletânea de estatísticas que sirva de ferramenta para ajudar gestores municipais e pesquisadores a focalizar suas ações e, dessa maneira, combater o processo de exclusão educacional que esses sujeitos sofreram e ainda sofrem com a falta e as dificuldades de acesso ao ambiente escolar.

[Mészáros \(2008\)](#) apresenta idéias e argumentos enriquecedores à reflexão pedagógica ao associar os processos sociais e educativos. Em sua perspectiva não poderá haver mudanças radicais no sistema educacional sem, contudo, haver rupturas e reformas no controle do sistema do capital. Nesse aspecto, a educação não deve se preocupar tão somente em qualificar com vistas ao mercado de trabalho, mas sim para a vida, num processo de “escolarização”. A educação deve ser o aporte necessário para investirmos em estratégias de pesquisa e ensino no sentido de promover a superação do processo de alienação posto em prática pelo capital, onde o lucro, a competição, o individualismo coroados pela lógica do “exclusão” se tornam cada vez mais presentes na realidade, transmitidos através da ideologia dominante.

Esse ponto da discussão nos é favorável de salientar com relação à Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Nessa modalidade de ensino, embora alguns educandos/as possuam interesses e ambições imediatos com relação ao seu certificado e, com isso, se manterem ativos no mercado de trabalho; compreendemos em nosso grupo de pesquisa que a tarefa pedagógica está justamente em extrapolar e expandir os horizontes de entendimento sobre temas como trabalho e educação. O desafio está intimamente ligado a essa meta, ou seja, pensar em meios de desconstruir a idéia de trabalho opressor e alienante, para destacar a importância da reivindicação, de saber valer seus direitos constitucionais, a fim de que a conotação sobre a contribuição social possa aparecer. Isto quer dizer que o PEJA é um campo propício à instigar discussões sobre a importância da coletividade.

Mais uma vez o princípio da “escolarização” merece aparecer com ênfase em nossa discussão. A vontade em ler o mundo, em entendê-lo e em conquistar novas visões que nossos educandos/as apresentam e que entendemos como sendo a escolarização, tem nos permitido considerar esse princípio como elemento fundamental de ser fortalecido na EJA a fim de combater os altos índices de “desertamentos” ainda presentes nessa modalidade de ensino. Por que dizemos desertamento ao invés de abandono e desistência? A idéia de que os educandos/as abandonaram a EJA apresenta conotações que não explicam o motivo de tal saída, sendo que o mesmo ocorre quando dizemos “desistência”, ou seja, soa como fracasso operante em terem saído da escola e este pensamento está sempre presente nos discursos que embasam fechamentos de salas de EJA.

Por isso dizemos desertamento, pois a partir de nossas experiências acumuladas através das pesquisas que desenvolvemos e de nossas observações no PEJA inferimos que quando o educando/a sai dessa modalidade de ensino, ele o faz por não se sentir mais como “pertencente” àquele ambiente, inclusive à educação de maneira geral; ele perdeu os vínculos e estímulos educacionais e assim não se considera mais “parte” daquele ambiente. Dessa maneira, encontramos no fortalecimento de ações que promovam a escolarização, bases sólidas para prosseguirmos rumo à uma educação que integra essas pessoas na cultura do letramento, do alfabetismo, sendo assim inclusiva, acolhedora e menos seletiva, menos excludente e perversa.

Clamamos e lutamos também pela ampliação do PEJA como linha de pesquisa junto aos Programas de Pós-Graduação em Educação dos campus universitários da UNESP e que desenvolvem ações dentro desse programa vinculado à Pro-reitoria de Extensão, para coletivamente caminharmos, problematizarmos e politizarmos a EJA como direito garantido e efetivado, de modo mais concreto e menos efêmero, etéreo. Assim, consolidando a EJA como campo de atuação científica que merece destaque na pós-graduação e também no engajamento político, avançamos em uma abordagem mais fortalecida empiricamente e teoricamente destacando o PEJA como sujeito coletivo que vem se constituindo na perspectiva gramsciana enquanto intelectual orgânico contra a hegemonia despótica de empreendimentos excludentes em múltiplas escalas: desde a escala global baseada na perversidade estrutural e estruturante do modo de produção capitalista até a escala dos microcosmos escolares através do não comprometimento de alguns gestores em educação.

Também é importante atentar para o fato de que o PEJA proporciona elementos para discussões ancoradas no arcabouço marxista da educação popular, problematizando aspectos e perspectivas que demonstram através dos relatórios de nossos estudantes de graduação em Pedagogia o termo: comprometimento. Para alguns interlocutores nossa proposição soa óbvia demais, porém a cada experiência que desenvolvemos e nos inserimos, salta à vista os bons resultados obtidos quando o educador/a presente nessa luta possui o comprometimento com a educação que extrapola as paredes e os limites físicos da escola. Esse comprometimento é a base que ajuda esse educador a possuir a

sensibilidade capaz de apreender interstícios que a prática de docência mostra e nos desafia em nosso dia-a-dia na sala de aula.

Assim o educador/a que possui o comprometimento sensível é aquele que estimula o senso de coletividade. A coletividade é o objetivo geral e a meta mais ampla desse tipo de educador/a, para fortalecer seus educandos/as e para a geração de maiores reivindicações, a fim de contribuir para um território dos direitos, pautado em princípios de auto-gestão para a solução de problemas sociais comuns. Também é importante afirmar que tal comprometimento sensível, que instiga o enriquecimento de práticas coletivas, é “adubado”, é garantido e prospera através daquilo que denominamos de “otimismo racionalizado”, ou seja, um otimismo que não despreza os grandes sonhos e utopias dos educandos/as, mas que também não proporcione falsas ilusões. O otimismo racionalizado parte do comprometimento do educador/a, da sua ambição e meta pelo coletivo, para caminhar com os educandos/as como desenvolvimento pleno das potencialidades humanas desses parceiros, pois a educação passa enfim a ser compreendida, respeitada, valorizada, defendida e praticada enquanto categoria presente na formação humana ao longo de toda a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[FREIRE, P.](#) **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

[MÉSZÁROS, I.](#) **A educação para além do capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2008.

[MUÑOZ, M. M. R.](#) **Imbricación de lo Político y lo Pedagógico en los procesos de Educación de Adultos**. Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe. Pátzcuaro: México, 2005.